

Condições do Brasil para renegociar

por Celso Pinto
de Brasília

Quando parte da cúpula política do governo, em meados do ano passado, chegou a namorar a idéia de uma moratória para resolver o impasse nas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o ministro Delfim Netto ofereceu um a estratégia alternativa.

Sem dinheiro em caixa, o Brasil teria de aceitar as imposições do FMI, cumprir pelo menos um semestre de metas e acumular o máximo possível de reservas para poder, afim, endurecer o jogo. E esta fatuaria que o ministro começará a resgatar a partir da viagem que fará, junto com o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, nesta semana, aos Estados Unidos.

A idéia de "endurecer as negociações", que tem animado o comando da área econômica, tem vários desdobramentos práticos. E preciso, de imediato, assegurar tranquilidade na

área do FMI, e isto quer dizer uma revisão generosa na previsão inflacionária deste ano, sem exigências de apertos adicionais.

As conversas de Delfim com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, servirão para definir, pelo alto, os parâmetros com que o "staff" do FMI operará com os técnicos brasileiros na segunda quinzena de agosto, em Brasília.

Os bancos internacionais têm dado sinais ao governo brasileiro de que gostariam de começar a detalhar, já, as negociações para 1985. O Brasil quer empurrar esta definição para novembro, garantir condições pelo menos tão favoráveis quanto as que o México deverá conseguir e um volume de recursos suficiente para sustentar um crescimento da ordem de 5% no próximo ano. Isto será discutido com o comitê assessor dos bancos, na próxima semana, no que o governo brasileiro define como uma sondagem preliminar para a renegociação.

Para que este esquema seja viável, é preciso que o acordo com o Banco Mundial (BIRD), que envolve co-financiamentos com os bancos privados, não desça a detalhes de condições que fechem portas para barganhas posteriores. Ao mesmo tempo, não se quer que em troca da inovação dos co-financiamentos o BIRD imponha condicionalidades que estreitem o espaço de manobra na execução da política econômica. Esta é a agenda das conversas com o BIRD.

Por trás de todas as conversas, que consumirão esta e a próxima semana, e como um trunfo implícito na negociação, existem pelo menos dois fatores, segundo três fontes qualificadas. Um deles é a hipótese de uma moratória, ou um

rompimento com o FMI, que, mesmo que não seja levada à mesa, está embutida tacitamente na situação de um país que desfruta, hoje, uma boa posição de reservas em caixa.

Outro é a transição política: as incertezas e a radicalização da retórica dos prováveis candidatos a presidente em relação à questão da dívida funcional, num certo sentido, como argumento adicional à importância de se fazer um acerto decente ainda neste ano. Qualquer conversa a sério com credores, hoje, exige indicações sobre os rumos do próximo governo, e isto explica o recente almoço de Delfim com Tancredo Neves.

O outro "front", mais político, é o que envolve a discussão de sugestões que possam garantir as duas condições essenciais para o sucesso do ajuste externo: juros internacionais estáveis e crescimento econômico e do comércio dos países desenvolvidos. Esta é uma área em que o Itamaraty conquistou — e preservará — o espaço central. Também nestas discussões, de toda forma, funciona a favor o fato de o Brasil estar hoje numa posição mais confortável na área externa e prevalece a

(Continua na página 14)

A missão brasileira chefiada pelo ministro Delfim Netto leva ao FMI os dados do primeiro semestre, quando foi possível cumprir com folga a meta dos déficits públicos nominal e operacional: o primeiro ficou na faixa de Cr\$ 23,4 bilhões e o segundo passou de um teto de Cr\$ 300 bilhões negativos para cerca de Cr\$ 100 bilhões positivos. Negociará, assim, uma nova taxa de inflação para ficar embutida nas metas do final do ano.

(Ver página 3)